

Campanhas Salariais

# Seminário dá a largada para negociações 2012



Em sua décima segunda edição, o evento, realizado em 22 de março, no auditório do SEESP, na Capital, reuniu especialistas do mundo do trabalho, autoridades e representantes das empresas nas quais os engenheiros atuam. Durante o debate, foi apresentado cenário favorável a conquistas relativas à remuneração.

Páginas 4 e 5

# BOAS NEGOCIAÇÕES À VISTA

Eng. Murilo Celso  
de Campos Pinheiro  
*Presidente*

COM A REALIZAÇÃO DO 12º Seminário das Campanhas Salariais, realizado em 22 de março último, os engenheiros paulistas tiveram a largada oficial das negociações coletivas, visando acordos e convenções para este ano.

Como atestaram as falas dos especialistas e representantes de empresas presentes ao evento (*leia cobertura nas páginas 4 e 5*), há boas perspectivas de conquistas salariais para 2012, tendo em vista o horizonte de crescimento econômico. Assim, a exemplo do que se registrou em 2011, quando cerca de 86% das negociações obtiveram ganhos reais, além de recomposição da perdas, buscaremos resultados compatíveis com o cenário nacional e a situação vivida pelas empresas.

É essencial que os avanços materiais registrados no País traduzam-se em ganhos àqueles que são os grandes responsáveis pelos resultados positivos, ou seja, os tra-

balhadores. Dessa forma, além de aumentos que melhorem efetivamente as condições de vida de todos, exigem-se aprimoramento das condições de trabalho e ainda acesso à qualificação profissional permanente, tema essencial aos engenheiros.

Juntamente com as reivindicações específicas referentes a cada setor ou empresa nos quais os engenheiros atuam, estarão na agenda nessa temporada das campanhas salariais temas que unificam o movimento sindical como um todo. Entre esses, estão a redução da jornada para 40 horas semanais e o debate em torno do trabalho decente. Incluída ainda a batalha pela isenção do imposto de renda sobre PLR (Participação

*É essencial que os avanços materiais registrados no País traduzam-se em ganhos àqueles que são os grandes responsáveis pelos resultados positivos, ou seja, os trabalhadores.*

nos Lucros e Resultados), abonos e adicional de férias, atualmente em trâmite no Congresso Nacional, importante para que a tributação injusta não mine as conquistas asseguradas às mesas de negociação.

Outro ponto de ação comum, a luta contra a desindustrialização, agrega inclusive o setor patronal, aliado no pleito pela redução dos juros e mudança da política cambial que favorece as importações. Ainda relevante nesse campo é a necessidade de inovação e avanço tecnológico para elevar o valor agregado da produção brasileira. Espera-se que a ação conjunta sirva inclusive para facilitar o diálogo entre capital e trabalho.



MARINGONI

**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezedério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de abril de 2012. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



**ANATEC**

# AS APOSENTADORIAS E O CONSENSO DE WASHINGTON

Cid Barbosa Lima Junior

O FIM DA GUERRA Fria nos anos 80 leva a maior e hegemônica potência mundial a ditar normas aos demais países, a esquecer os programas sociais que fora obrigada a adotar para se opor ao socialismo do leste europeu e a retirar benefícios e conquistas dos empregados.

O neoliberalismo impõe severos apertos econômicos e financeiros aos países, dentre estes, a excomunhão do plano previdenciário de BD (Benefício Definido). Esse plano previdenciário passa a ser substituído pelo plano de CD (Contribuição Definida), no qual não há maiores responsabilidades pelas empresas patrocinadoras. O plano de Benefício Definido visa, em geral, suplementar o benefício da Previdência Social e traz consigo, muitas vezes, outros benefícios como pensão, abono anual etc. Como o nome diz, você sabe o *quantum* vai receber na aposentadoria. Já o plano de Contribuição Definida é uma espécie de poupança e não traz outros benefícios.

No Brasil, ainda subsistem planos BD, principalmente em algumas empresas elétricas, Banco Central, Banco do Brasil e até em empresas privadas. Mas assim

como no Brasil e em muitos países da América, o plano de Benefício Definido tem sido considerado, pelo “deus mercado”, um passivo trabalhista.

Todavia, nos últimos dois anos, algumas empresas americanas mais fortes estão revendo essa imposição do mercado e, conseqüentemente, o veto ao plano BD.

Na contramão da história, empresas de capital misto do Estado de São Paulo continuam combatendo o endiabrado BD, que teima em proporcionar uma aposentadoria mais digna aos trabalhadores. Uma dessas empresas, que vive no auge do neoliberalismo jurássico, é a Sabesp. Todavia, uma ação de entidades dos funcionários obteve uma liminar na Justiça e sustou a tentativa de estrangular o plano previdenciário.

*O neoliberalismo impõe severos apertos econômicos e financeiros aos países, inclusive o fim dos planos com benefícios definidos.*

Além de representar uma política mais sadia e atrativa de recursos humanos, as empresas que retornam ao plano de Benefício Definido estão conseguindo uma maior economia – cerca de 30% a 35% – do que as que adotaram o plano de Contribuição Definida.

Vê-se uma tendência, cada vez maior, não só das entidades representativas dos empregados, mas também individualmente, de uma procura na Justiça de garantir os benefícios firmados, anteriormente, com as empresas. Os trabalhadores que foram induzidos ou optaram livremente pela CD começam a se aposentar e logo poderemos verificar qual plano melhor atende os interesses dos trabalhadores.

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro civil



**Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?**

**Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.**

**Anuncie aqui!**

**(11) 9173-0651**

**(11) 3284-9880**

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



# AMBIENTE FAVORÁVEL ÀS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NESTE ANO

Soraya Misleh

FOI O QUE APONTOU o já tradicional Seminário de Campanhas Salariais. Em sua décima segunda edição, o evento contou com aproximadamente 200 participantes, entre autoridades, negociadores do sindicato e representantes de empresas. Além disso, pôde ser acompanhado *online* pelo twitter e no *site* da entidade, no *link* <http://migreme.net/1iqr>. Promovida pelo SEESP, a iniciativa, que anualmente marca a abertura das campanhas salariais, visa sedimentar o caminho do diálogo entre capital e trabalho.

Nos últimos anos, tem predominado nesse processo a conquista de aumento real, o que ocorreu em 2011 em cerca de 86% das negociações. O dado foi apresentado pelo diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Clemente Ganz Lúcio. E para 2012, o cenário é auspicioso, como demonstraram as falas de especialistas. “A situação no geral é bastante favorável”, atestou. Segundo ele, há perspectiva de crescimento econômico por duas ou três décadas e é preciso pensar as negociações coletivas contemplando-se esse horizonte. “Temos a chance histórica, inédita de transformar o País em desenvolvido.” Não significa, na sua análise, que não haja enormes problemas. “Mas o ambiente permite enfrentá-los.”

*Nessas campanhas salariais, grande responsabilidade é retomar diretriz distributiva, assegurando maiores ganhos aos trabalhadores, apontaram especialistas.*

Além da questão da sustentabilidade e de se combater a desindustrialização, um dos grandes desafios explicitados por Ganz Lúcio é a “desigualdade dramática”. Na concepção do diretor do Dieese, nas campanhas salariais, uma grande responsabilidade é “retormos a diretriz distributiva, elemento essen-

cial para transformar o País”. O que requer, conforme sua preleção, avançar significativamente na formulação de estratégia relativa à partilha dos ganhos de produtividade.

De acordo com Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), ao lado do quadro econômico auspicioso – com previsão de crescimento de 4,5% em 2012, o que servirá de parâmetro para a valorização do salário mínimo em 2014 –, o ambiente político também se configura positivo. Na sua visão, o estresse que se verifica deve-se ao momento que antecede as eleições municipais deste ano, não havendo uma “crise devasta quarterão”. Inclusive os grandes projetos que o governo quer aprovar, incluindo um para combate à desindustrialização, relativo à cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) à importação, não encontram resistência. “A tendência é de um ano muito bom, com grandes lucros para as empresas e boa participação dos trabalhadores (*nesses ganhos*)”, acredita.

Consultor sindical do SEESP, João Guilherme Vargas Netto afirmou que um quadro que “deve iluminar nossas negociações” é a batalha pela isenção do imposto de renda cobrado sobre a PLR (*participação nos lucros e resultados*), abonos salariais e sobre 1/3 de adicional de férias. “É um componente de receita fabuloso. Podemos lutar por isso, há condições positivas e efetivas



Em sua 12ª edição, seminário abriu oficialmente as campanhas.

(*para tanto*).” Quanto à desindustrialização, objeto de ação unitária do movimento sindical para reverter esse panorama, “é um tema paulista por excelência”. Resvalando em diminuição de empregos, disse ele, “criou a possibilidade de uma gramática relativamente comum entre os setores trabalhista e empresarial”. Manifestação marcada para 4 de abril em São Paulo deverá, assim, contar com representantes de ambos segmentos. Ainda na avaliação de Vargas Netto, essa iniciativa conduz o patronato a “pensar um pouco diferente em relação a pagamento de salários, o que representa um ganho na batalha de ideias”. O mesmo se dá em relação à necessidade de queda dos juros, “quase um consenso”. Ele concluiu: “Se tivermos juízo e persis-

tirmos na rota que estamos trilhando, podemos avançar para uma democracia mais equilibrada.” Tudo isso deve permear as campanhas salariais de 2012. “A sustentabilidade e outros temas impactam diretamente nas negociações coletivas”, concordou Zilmara David de Alencar, secretária Nacional de Relações do Trabalho.

## Díálogo permanente

Ponto observado por Ganz Lúcio, ainda, é a instituição de mesas de diálogo permanentes para se solucionar situações complicadas e se assegurar o trabalho decente, em especial em setores com grandes impasses, como o da construção civil. É o que defendeu Alencar, para quem as negociações devem ser perenes, não se restringir às datas-bases. “Não há condições de falar em democratização das relações do trabalho sem agregar essa necessidade.” Segundo sua ótica, as mesas permanentes devem funcionar não apenas para se dirimir conflitos, mas para preveni-los e planejar o desenvolvimento do País, pauta comum aos setores laboral e patronal. “Temos a oportunidade de reativar os avanços e construir um pacto nacional. Temos condições de figurar em todos os instrumentos a luta pela desoneração da folha de pagamento. É momen-

to de distribuir (*renda*).” Otimista e enxergando o seminário como “uma injeção de ânimo” nesse processo, a secretária salientou: “Sairemos (*dessas campanhas*) com cláusulas que significam avanços na geração de trabalho decente, produtivo e de riquezas para o País, as quais nortearão as demais categorias.” O secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Carlos Andreu Ortiz, destacou: “Vamos tentar trabalhar de forma tripartite, em busca de soluções.”

Representantes de empresas com as quais o SEESP negocia mostraram estar de portas abertas à interlocução contínua. “O ano inteiro realizamos conversas”, constatou Walter Sigollo, superintendente de RH da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Ele frisou que na empresa tem havido, como resultado, um incremento nessas questões de desenvolvimento da jornada de trabalho, benefícios, salários e horários flexíveis. “Temos já coisas suficientemente importantes para o bom resultado. Obviamente podemos progredir.”

Célia Maria Dutra, superintendente de RH da Comgás (Companhia de Gás de São Paulo), enalteceu o “momento ímpar nas relações do trabalho, em que há preocupação de ambas as partes com o diálogo”. Segundo acredita ela, essa “sintonia fina” fará diferença. Negociador do Sinaenco-SP (Sindicato das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), Carlos de Freitas Nieuwenhoff ressaltou: “São mais de 20 anos de convenções coletivas firmadas com o SEESP. Para 2012, já garantimos a data-base (*1º de maio*) e seremos mais um a aumentar o percentual de 86% (*referindo-se ao estudo que indicou índice de empresas em que se obteve aumento real nas negociações*).” Luiz Brasil Dias Runha, assessor técnico executivo do RH da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), também valorizou a boa interlocução com o sindicato, assim como o representante da Usiminas, José Manoel

Santos Tavares. Na mesma linha, Rildo Martins da Silva, gerente de relações sindicais da Telefônica, lembrou que em 2011 houve uma fusão da empresa com a Vivo, e o desafio foi integrar o pessoal em um acordo coletivo único. “O SEESP conduziu esse processo de forma exemplar.” Na SPTrans (São Paulo Transporte), uma grande conquista obtida graças à ação do sindicato, ressaltada pelo seu assessor, José Borges de Carvalho Filho, foi a criação da carreira de engenheiro. “Buscamos negociações cada vez mais progressivas”, assegurou.

Gilberto Campanha, consultor de RH da Elektro, aproveitou o ensejo para lembrar a responsabilidade da categoria no desenvolvimento e capacitação profissional. Também apontou a preocupação com a qualificação a supervisora de relações trabalhistas da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), Cristina Rodrigues. O que vai ao encontro da implementação do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), apresentada durante o seminário pelo seu diretor-geral, Antonio Octaviano. “No segundo semestre, teremos um conjunto de cursos de curta duração apontando para a importância da inovação na atividade industrial. Convidamos as empresas a se associarem a essa iniciativa”, concluiu.



Cerca de 200 participantes, entre negociadores do sindicato, representantes de empresas e autoridades, prestigiaram a atividade.



# DERROTADA AMEAÇA A PISO PROFISSIONAL

Soraya Misleh

A FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) obteve mais essa vitória em prol da categoria. Após reunião realizada no dia 29 de fevereiro último, em Brasília, com o deputado Vicentinho (PT-SP), foi dado parecer definitivo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado pelo parlamentar Paulo Paim (PT-RS), sendo o Projeto de Lei da Câmara nº 42/11 rejeitado por unanimidade nesse espaço.

Se aprovado, esse extingiria o salário mínimo dos engenheiros e de outros profissionais da área tecnológica. Apresentado por Vicentinho, o PL original não tinha esse teor. Visava incluir na Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso, os tecnólogos. O texto, contudo, foi absolutamente alterado por substitutivo do deputado João Pizzolatti (PP-SC), aprovado em 2011 pela Comissão da Constituição e Justiça da Câmara e seguiu então para revisão do Senado. Com a mudança, a medida, na prática, acabaria com o mínimo profissional, pois propunha que esse passasse a ser objeto de negociações diretas com os empregadores – o que, com base em argumentos utilizados pela FNE, constou da justificativa de Paim para derrubá-la em seu parecer.

Definido em valor equivalente a seis salários mínimos para jornada de seis horas e nove para oito horas, o piso profissional foi uma conquista histórica da categoria, como lembra o senador gaúcho. A partir da lei, ficou proibido o pagamento de

montante inferior em todo o Brasil. Consciente de que o substitutivo ao PL desvirtuou o projeto original, como aponta em seu parecer pela rejeição da proposta, Paim enfatizou que “ao se substituir valores objetivos pelo que pode resultar de convenção coletiva de trabalho – é forçoso concordar com a posição da FNE –, fere-se a função essencial de um ‘piso salarial’, que é a fixação de um patamar mínimo nacional que garanta a valorização dessas funções de trabalho como tais”.

Essa posição já tinha sido apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), enquanto relator do PL na Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Casa. Segundo justificativa desse parlamentar, o projeto gerou interpretações dúbias, “causando insegurança e prejudicando os profissionais formados (...), tanto nas escolas de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária, quanto nos institutos federais e outras instituições públicas e privadas que oferecem cursos superiores de tecnologia”. Ainda de acordo com sua análise, “a sociedade e o Poder Legislativo ficam a dever a essas tradicionais e novas categorias um instrumento eficaz de valorização, que não pode, nas atuais circunstâncias, ser traduzido pelo presente projeto de lei”.

## Valorização

Diante dessas conclusões, o projeto foi arquivado. “A proposta está devidamente enterrada e se surgir outra nessa linha, estaremos aqui de plantão com o objetivo de não permitir a retirada do direito. É nossa obrigação garantir avanços, mas também a preservação do que temos conquistado a duras penas”, considera Paim.

Essa tem sido a linha de trabalho da FNE e sindicatos a ela filiados, como o SEESP, nas negociações coletivas de trabalho. Assim, em prol da valorização profissional, tem buscado novas conquistas, mas também estado atenta a que o piso seja cumprido, o que nem sempre ocorre. Não há justificativa para tanto. Resposta a um

questionamento feito, de que seria inconstitucional vincular o piso ao salário mínimo (portanto, a Lei 4.950-A/66) – objeto de ação movida pelo Governo do Maranhão há alguns anos –, consta de parecer elaborado pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Francisco Rezek, a pedido da FNE, cujo mérito ainda está para ser julgado. Segundo conclui ele, não há conflito com a Carta Magna. Rezek aponta que está expresso na Constituição (inciso V) que “haverá um salário mínimo – ou piso salarial – proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado por determi-

*Projeto de lei que extinguiria conquista histórica da categoria foi rejeitado no Senado, com parecer fundamentado em argumento usado pela FNE.*

nada categoria profissional, levando em conta a natureza da atividade exercida, a formação acadêmica do profissional, sua qualificação para realizar determinado trabalho com eficiência e proveito”. Na sua análise, “é natural e pouco menos que imperativo que se utilize o salário mínimo como referência para a fixação dos pisos salariais, que ostentam a mesma natureza daquele e que, repita-se, impõem-se por força de uma norma constitucional”.

Conforme o parecer do ex-ministro, surpreende que “alguns governantes (...) sintam-se confortáveis na sua pretensão de solapar um piso salarial expressamente garantido pela Carta, em nome de uma leitura no mínimo controvertida de outro dispositivo”. Na sua ótica, essa postura representa ataque à lei maior do País. Ofensiva semelhante à pretendida quando da apresentação do projeto de lei derrubado pela ação da FNE, endossada no Senado por Paim e Álvaro Dias.



## Cursos

## ARARAS

*Uniararas (Centro Universitário Hermínio Ometto)*

Site: <http://www.uniararas.br>

E-mail: [posgraduacao@uniararas.br](mailto:posgraduacao@uniararas.br)

Telefone: (19) 3543-1439

• **Pós-graduação em engenharia de software.** Para formar profissionais capazes de conduzir projetos que envolvam especificação, desenvolvimento, avaliação e manutenção de *softwares* demandados pela sociedade, possibilitando imprimir alta qualidade e produtividade. Com carga de 514 horas, a especialização será ministrada aos sábados, das 8h30 às 17h30. O preço é de 18 parcelas de R\$ 395,00.

## CAMPINAS

*Extecamp (Escola de Extensão da Universidade Estadual de Campinas) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo*

Site: [www.extecamp.unicamp.br](http://www.extecamp.unicamp.br)

E-mail: [extensao@fec.unicamp.br](mailto:extensao@fec.unicamp.br)

Telefones: (19) 3521-2337 ou 3521-2408

• **Gerência de transportes.** Capacitar profissionais para definir as redes de transporte a serem utilizadas; o uso de frota própria ou terceirizada; selecionar e gerenciar o prestador de serviço logístico e frete pago; e otimizar o transporte para minimizar o custo total. O curso será ministrado de 23 de abril a 25 de junho, às segundas-feiras, das 19h às 22h. O custo é de três parcelas de R\$ 320,00.

## MARÍLIA

*Unimar (Universidade de Marília)*

Site: <http://www.unimar.br>

E-mail: [propos@unimar.br](mailto:propos@unimar.br)

Telefone: (14) 2105-4100

• **Pós-graduação em gestão urbana.** Para atuar na gestão de políticas públicas e no planejamento do desenvolvimento, de modo a garantir uma melhor gestão das cidades e qualidade de vida da população. Com carga de 420 horas, a especialização

será ministrada aos sábados, das 8h às 17h30, quinzenalmente. O preço é de 21 parcelas de R\$ 360,00, incluindo a matrícula.

## SÃO PAULO

*Ibape (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia)*

Site: [www.ibape-sp.org.br](http://www.ibape-sp.org.br)

E-mail: [cursos@ibape-sp.org.br](mailto:cursos@ibape-sp.org.br)

Telefone: (11) 3105-4112

• **Licenciamento ambiental urbano.**

O objetivo é conhecer os procedimentos técnicos e burocráticos para viabilizar o licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários nos âmbitos municipal, estadual e federal. O curso será realizado de 23 a 26 de abril, das 19h às 22h45. O custo é de R\$ 532,00 para sócios do Ibape e de R\$ 819,00 para os demais.

*Barreto Engenharia*

Site: [www.barreto.eng.br](http://www.barreto.eng.br)

E-mail: [cursos@barreto.eng.br](mailto:cursos@barreto.eng.br)

Telefone: (11) 5031-1326

• **Qualidade da energia elétrica.** O curso apresentará elementos que permitam aos profissionais envolvidos com as instalações e administração da energia elétrica avaliar a qualidade tanto do ponto de vista do fornecimento (concessionária) quanto das influências dos tipos de cargas presentes na instalação consumidora. A atividade acontece entre os dias 16 e 18 de abril, das 8h às 18h, e o preço é de R\$ 1.890,00.

*Fundação Vanzolini*

Site: [www.vanzolini.org.br](http://www.vanzolini.org.br)

E-mail: [cursos@vanzolini.org.br](mailto:cursos@vanzolini.org.br)

Telefones: 0800 770 06 08 ou (11) 3145-3717

• **Pós-graduação em gestão de projetos.**

Para habilitar o profissional a desenvolver projetos em âmbitos nacional e internacional. Com carga de 472 horas, a especialização será ministrada às sextas-feiras, das 19h30 às 22h30, e aos sábados, das 8h30 às 11h30. O preço é de 24 parcelas de R\$ 1.095,00.

# Saneamento ambiental em pauta

EM SUA 23ª EDIÇÃO, acontece entre os dias 6 e 8 de agosto próximo, em São Paulo, a Fenasan (Feira Nacional do Saneamento).

Promovida pela AESabesp (Associação dos Engenheiros da Sabesp), a atividade é consolidada como um dos maiores eventos do País e da América Latina no setor de saneamento ambiental. Seu principal objetivo é fomentar e difundir as tecnologias, bem como a troca de informações, a demonstração de produtos e o desenvolvimento tecnológico de sistemas empregados no tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem das águas pluviais, análises laboratoriais, adução e abastecimento e sistemas de coleta, além de disposição final e manejo de resíduos sólidos.

Juntamente com a Fenasan, será realizado o “XXIII Encontro Técnico da AESabesp”, que apresentará tecnologias desenvolvidas para o saneamento, trabalhos técnicos e debates sobre as políticas do setor. Em 2012, o tema central será “Como prover o saneamento para todos”, que contemplará palestras voltadas à inovação tecnológica, eficiência energética, gestão empresarial, legislação e regulação, manutenção eletromecânica, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Feira e congresso serão sediados no Expo Center Norte, no Pavilhão Branco, localizado na Rua José Bernardo Pinto, 333. Mais informações sobre a programação e o custo das inscrições no *site* [www.fenasan.com.br](http://www.fenasan.com.br), pelo telefone (11) 3868-0726 ou pelo *e-mail* [fenasan@acquacon.com.br](mailto:fenasan@acquacon.com.br).

*Estão abertas as inscrições para a Fenasan, um dos principais eventos do setor em todo o País.*





## VI EcoSP já tem data marcada

Importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável, o VI EcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo), promovido pelo SEESP e FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), ocorrerá neste ano em 12 e 13 de novembro próximo, no Complexo Parque Anhembi, na Capital paulista. As plenárias técnicas terão lugar no Auditório Elis Regina e a feira ambiental, no Salão de Exposições (Hall Nobre 2 e 3). Serão abordados temas constantes do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE em 2006 e atualizado em 2009, cuja plataforma pensada para o País propugna por crescimento econômico com preservação do meio e inclu-

ção social. Nessa linha, duas questões importantes constarão da programação nesta edição: compostagem (resíduos de alimentação), numa parceria com o Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo, e química verde, assunto a ser tratado pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo é, segundo o coordenador da iniciativa e vice-presidente do SEESP, Carlos Alberto Guimarães Garcez, trazer para o debate novas tecnologias e paradigmas, sempre com foco na inovação. Mais informações e inscrições pelos telefones (12) 3633-5411, 3633-7371 e (11) 3113-2616, e-mail [ecoavetaubate@vivax.com.br](mailto:ecoavetaubate@vivax.com.br) e no site [www.ecosp.org.br](http://www.ecosp.org.br).

## SEESP na TV

A partir de abril, o SEESP terá um programa de televisão, intitulado **Jornal do Engenheiro**. Será semanalmente transmitido por 30 minutos pela TV aberta em São Paulo e para mais 48 praças no Estado. Acompanhe no site a grade e os horários, em breve.



Anuncie aqui!  
(11) 9173-0651  
(11) 3284-9880

## VIII Conse ocorre em setembro

Em sua oitava edição, ocorrerá de 24 a 26 de setembro o Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), promovido pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros). A abertura acontecerá pela manhã, na Sala São Paulo, e o restante da programação terá espaço no Novotel São Paulo Jaraguá Convention (Rua Martins Fontes, 71), no centro da Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2641.

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho (primeira e segunda vias), via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, através do qual coloca à disposição da categoria treinamentos diversos, mediante par-

## Eleita nova diretoria da Assenag Bauru

O pleito aconteceu em 16 de março. Denominada Assenag Sempre, a chapa de oposição saiu vitoriosa, conquistando 98 votos, ante 74 da situação. Assim, presidirá a Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru) até 2014 o engenheiro Afonso Celso Pereira Fabio, tendo como vice Veríssimo F. Barbeiro Filho, que é ainda diretor adjunto da Delegacia Sindical do SEESP em Bauru. A posse oficial ocorrerá em 2 de abril próximo e a festiva, no dia 13.

Marcos Wanderley Ferreira



Afonso Celso Pereira Fabio estará à frente da associação até 2014.

## Vagas, orientação, treinamentos

cerias. E permite a divulgação de portfólio e projetos/serviços por intermédio do Engenheiro Online (<http://www.engenheiroonline.com.br>).

### Oportunidades

Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas para auxiliar na colocação no mercado de trabalho. Segundo levan-

tamento feito até o dia 26 de março, há 73 vagas disponíveis, sendo 28 para engenheiros das diversas modalidades, 38 para estudantes e sete para docentes. Para se candidatar, acesse em [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br) o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11)3113-2669/74.



**SEESP** SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

### Associado SEESP tem sempre mais

Engenheiro associado ao SEESP tem sempre mais razões para aproveitar tudo o que a vida pode oferecer. Isso porque o SEESP desenvolve e vem aprimorando um conjunto de benefícios que facilitam a vida do profissional, garantindo o acesso a produtos e serviços com vantagens exclusivas, segurança e economia.

São mais de 300 convênios com empresas e profissionais no Estado de São Paulo (Capital e Interior) em condições muito vantajosas nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, segurança, finanças, descontos para o dia a dia e muito mais.

PLANOS DE SAÚDE • CONVÊNIO MÉDICO E ODONTOLÓGICO • FUNDO DE PENSÃO  
 APOIO JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO • SEGUROS • CULTURA • EDUCAÇÃO  
 CONVÊNIO COM ESTACIONAMENTOS • PROGRAMA ENGENHEIRO EMPREENDEDOR • LAZER  
 CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL • FACILIDADES TURÍSTICAS • RESTAURANTES

Seja um associado SEESP.  
Visite o site de afiliados e confira a relação completa dos benefícios.

(11) 3113.2664

[www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)

Rua Genebra, 25 - CEP 01316-901 - São Paulo - SP